

COORDENADOR:

Rodrigo Monteiro da Silva

COLABORADORES:

Adriana Dias Paes Ristori Cotta
Alexandre Gaio
Alexandre Sikinowski Saltz
Amanda Baptista Dias
Ana Carolina Gonçalves de Oliveira
Ana Maria Moreira Marchesan
Annelise Monteiro Steigleder
Bruno Araujo Guimarães
Carlos Furtado de Melo Filho
Cleto Vinícius Vieira Pedrollo
Gustavo Senna
Helder Magevski de Amorim
Humberto Alexandre Campos Ramos
Isabela de Deus Cordeiro
Jéssika Lima da Luz

Luciana Fernandes de Freitas
Maira Cardoso Faria Moraes
Marcelo Lemos Vieira
Mariana de Freitas Barros Campos Ramos
Moema Ferreira Giuberti
Mônica Bermudes Medina Pretti
Monique Mosca Gonçalves
Nícia Regina Sampaio
Patrícia Borchardt
Pedro Sampaio Minassa
Renee do O Souza
Ronaldo Gonçalves de Assis
Thaís Milani Del Pupo
Wagner Eduardo Vasconcellos

MINISTÉRIO PÚBLICO E O MEIO AMBIENTE

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Ministério Público e o Meio Ambiente: Desafios para o desenvolvimento sustentável

© Coordenador: Rodrigo Monteiro da Silva

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: Rodrigo Monteiro da Silva

1169960

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M665 Ministério Público e o meio ambiente: desafios para o desenvolvimento sustentável / Coordenador Rodrigo Monteiro da Silva. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.
567 p. : 17 x 24 cm

Inclui bibliografia
Inclui índice alfabético remissivo.

ISBN 978-85-7789-521-2

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Silva, Rodrigo Monteiro da. II. Título.

CDD 341.762

Elaborado por **Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Crimes Omissivos Impróprios	25
Adriana Dias Paes Ristori Cotta	
RESUMO	25
SUMÁRIO	25
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
1 BREVE PANORAMA INTERNACIONAL	26
2 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	30
2.1 Sobre o princípio da personalidade das penas	31
2.2 Sobre a aplicação das penas e o efeito reeducador	33
2.3 Sobre a capacidade de ação	34
2.4 Sobre o princípio da culpabilidade	37
3 NOSSA POSIÇÃO ENQUANTO SER OPINANTE	42
4 A POSIÇÃO DO GARANTIDOR NO DIREITO PENAL AMBIENTAL	44
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	52

CAPÍTULO 2

O Sistema de Logística Reversa de Pneus: Delimitação de Responsabilidades e a Atuação do Ministério Público	57
Alexandre Gaio Maira Cardoso Faria Moraes	
RESUMO	57
SUMÁRIO	57
INTRODUÇÃO	58
1 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O NOVO MARCO LEGAL SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	59
2 SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA NA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	62
2.1 Prescindibilidade de celebração de acordo setorial para implementar e operacionalizar os sistemas de logística reversa	63

3 SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE PNEUS E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	64
3.1 A interpretação da Resolução CONAMA 416/2009 conforme a Lei Federal 12.305/2010....	66
4 A LOGÍSTICA REVERSA COMO DECORRÊNCIA DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOLIDÁRIA PELA SUA NÃO IMPLEMENTAÇÃO	67
5 PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EFETIVAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA DE PNEUS...	69
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	73

CAPÍTULO 3

O Ônus da Prova nas Ações Ambientais: Inversão e Distribuição Dinâmica como Técnicas de Efetivação do Direito Fundamental ao Ambiente Adequado.....	75
--	-----------

Alexandre Sikinowski Saltz

RESUMO	75
SUMÁRIO	75
INTRODUÇÃO.....	75
1 MEIO AMBIENTE E PROCESSO NO CENÁRIO CONSTITUCIONAL	76
2 ÔNUS DA PROVA: BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES INVERSÃO E DINAMIZAÇÃO	79
2.1 Ônus estático, ônus dinâmico e inversão.....	81
3 ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES AMBIENTAIS E O CUSTO DA PROVA COMO COROLÁRIO DO DEVER DE PRODUZIR ELEMENTOS DE CONVICÇÃO.....	86
3.1 Inversão do ônus da prova. Motivações e consequências.....	87
3.1.1 A jusfundamentalidade e os princípios que norteiam o direito ambiental como móveis para a inversão	87
3.1.2 A regra do artigo 6º, VIII, CDC e sua aplicação aos processos coletivos. Incidência ao microsistema, caracterização da verossimilhança ou da hipossuficiência no caso.....	89
3.2 A dinamização do encargo probatório.....	92
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	95

CAPÍTULO 4

Reflexões Sobre o Impacto das Declarações de Usucapião e a Função Social da Propriedade.	99
---	-----------

Ana Carolina Gonçalves de Oliveira

RESUMO	99
SUMÁRIO	99
INTRODUÇÃO.....	100
1 DIREITO URBANÍSTICO E SUAS NUANCES SOCIAIS.....	100
2 DIREITO À MORADIA NO BRASIL	104

3 REPERCUSSÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS EM AÇÕES DE USUCAPIÃO E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	106
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	115

CAPÍTULO 5

Da (Não) Aplicação da Teoria do Fato Consumado em Matéria Ambiental e a Súmula 613 do STJ	117
Ana Maria Moreira Marchesan	
RESUMO	117
SUMÁRIO.....	117
INTRODUÇÃO.....	118
1 AS ORIGENS E A IRRADIAÇÃO DO FATO CONSUMADO NO DIREITO BRASILEIRO	118
2 TIPOLOGIAS DE FATO CONSUMADO EM MATÉRIA AMBIENTAL	122
3 SITUAÇÕES QUE FAVORECEM O FATO CONSUMADO	126
3.1 A situação caracterizada como a aplicação dos gastos irreversíveis ou afundados.....	126
3.2 Fracionamento ou segmentação do projeto.....	132
3.3 Déficit na estrutura estatal em nível de fiscalização, planejamento e governança ambiental .	141
3.4 Juízos de proporcionalidade em termos genéricos.....	142
4 A SÚMULA 613 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	147
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS	151

CAPÍTULO 6

Responsabilidade Civil Ambiental e a Flexibilização do Dever de Recomposição de Áreas de Preservação Permanente em Áreas Rurais Consolidadas.....	155
Annelise Monteiro Steigleder	
RESUMO	155
SUMÁRIO.....	156
INTRODUÇÃO.....	156
1 A COERÊNCIA E A UNIDADE DO SISTEMA JURÍDICO.....	159
2 A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS RURAIS CONSOLIDADAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ARTS. 61 A E 61 – B DA LEI 12.651/12	162
3 O REGIME OBJETIVO DE IMPUTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS.....	165
4 A COMPLEXIDADE DO DANO AMBIENTAL	172
CONCLUSÕES.....	177
REFERÊNCIAS	177

CAPÍTULO 7

O Direito dos Animais e Controle Ético de Fauna Urbana.....	181
Bruno Araujo Guimarães	
RESUMO.....	181
SUMÁRIO.....	181
INTRODUÇÃO.....	182
1 DA INEFICÁCIA DO MÉTODO DE CAPTURA INDISCRIMINADA E MORTE DE ANIMAIS SADIOS E DAS CAUSAS DO PROBLEMA.....	189
2 DA AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA O ENCARCERAMENTO E MORTE INDISCRIMINADA DE ANIMAIS SADIOS.....	190
2.1 Recomendações nacionais e internacionais para o controle de populações animais	191
2.2 Da saúde pública e da ausência de nocividades dos animais em situação de abandono....	192
3 SOLUCÕES PARA O PROBLEMA.....	195.
CONCLUSÃO.....	197
REFERÊNCIAS.....	198

CAPÍTULO 8

Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente: Atuação do Ministério Público em Planos de Ação e Controle na Era das Mudanças Climáticas como Estratégia de Proteção da Biodiversidade	201
Carlos Furtado de Melo Filho	
RESUMO.....	201
SUMÁRIO.....	202
INTRODUÇÃO.....	202
1 A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL	204
2 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E SUA INVOCAÇÃO (COMO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS) PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	209
3 A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL.....	214
3.1 Direito ambiental das mudanças climáticas.....	215
3.2 Fontes normativas e precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	216
4 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL.....	219
CONCLUSÃO.....	224
REFERÊNCIAS.....	226

CAPÍTULO 9

Meio Ambiente e Direito à Saúde: O Papel do Ministério Público na Prevenção de Riscos e Controle da Ambiência nas Unidades de Saúde	229
Cleto Vinicius Vieira Pedrollo	
RESUMO	229
SUMÁRIO	230
INTRODUÇÃO	230
1 O MINISTÉRIO PÚBLICO E A DEFESA DO MEIO AMBIENTE ADEQUADO NA SAÚDE	232
2 ESTRUTURAÇÃO DOS AMBIENTES DE SAÚDE FUNDAMENTAIS À PREVENÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES	234
CONCLUSÃO	239
REFERÊNCIAS	240

CAPÍTULO 10

Racismo Ambiental nas Atividades Siderúrgicas e Atuação do Ministério Público: Entre o Discurso e a Prática	241
Gustavo Senna Amanda Baptista Dias	
RESUMO	241
SUMÁRIO	241
PRELÚCIO	242
1 AS ATIVIDADES DE EMPRESAS SIDERÚRGICAS E SEU POTENCIAL POLUIDOR	244
2 EM BUSCA DE UMA PROTEÇÃO EFICIENTE DO MEIO AMBIENTE NAS ATIVIDADES SIDERÚRGICAS	246
3 O RACISMO AMBIENTAL NAS ATIVIDADES SIDERÚRGICAS	250
4 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA QUESTÃO DAS ATIVIDADES DE EMPRESAS SIDERÚRGICAS: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA	257
EPÍLOGO	261
REFERÊNCIAS	262

CAPÍTULO 11

O Que são “Estabelecimentos, Obras ou Serviços Potencialmente Poluidores” para os Fins do Artigo 60 da Lei Nº 9.605/1998?	265
Helder Magevski de Amorim Patricia Borchardt	
RESUMO	265
SUMÁRIO	265
INTRODUÇÃO	265
1 O DIREITO PENAL COMO PROTETOR DE BENS JURÍDICOS	266

2 CONSTITUIÇÃO E OS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO	268
3 CONSTITUIÇÃO E MANDADO EXPRESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DE VIOLAÇÕES AO MEIO AMBIENTE	270
4 O ARTIGO 60 DA LEI Nº 9.605/1998	272
CONCLUSÃO	277
REFERÊNCIAS	278

CAPÍTULO 12

Meio Ambiente, Bioterrorismo e Direito Penal do Inimigo	281
Humberto Alexandre Campos Ramos Mariana de Freitas Barros Campos Ramos	
RESUMO	281
SÚMARIO	281
INTRODUÇÃO	282
1 O DIREITO PENAL DO INIMIGO	282
2 TERRORISMO	286
2.1 Bioterrorismo	289
3 O BIOTERRORISMO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO	294
CONCLUSÃO	296
REFERÊNCIAS	297

CAPÍTULO 13

A Logística Reversa e a Reconstrução da Responsabilidade Civil à Luz do Direito como Integridade	299
Isabela de Deus Cordeiro	
RESUMO	299
SUMÁRIO	300
INTRODUÇÃO	300
1 DA FORMAÇÃO DA NOVA IDENTIDADE CONSTITUCIONAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	301
2 A MODERNIDADE QUE SE APRESENTA - DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RISCOS: UMA PERSPECTIVA EM ULRICH BECK	308
2.1 A responsabilidade civil à luz do princípio da precaução e da prevenção	315
3 A RECONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL À LUZ DO DIREITO COMO INTEGRIDADE: CONSEQUÊNCIAS DA INCORPORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM FACE DOS OBRIGADOS À ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA	318
CONCLUSÃO	321
REFERÊNCIAS	324

CAPÍTULO 14

Desenvolvimento Econômico e Racismo Ambiental: A Justiça Ambiental na Efetivação do Estado Socioambiental de Direito	325
Jéssika Lima da Luz	
RESUMO	325
SUMÁRIO	326
INTRODUÇÃO	326
1 OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO	327
2 RACISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL	334
2.1 O que é racismo ambiental?	334
2.2 Do racismo ambiental para a justiça ambiental	336
3 ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: PARADIGMA NA RELAÇÃO SOCIEDADE E AMBIENTE	338
4 O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL COMO PRESSUPOSTO AO DEBATE DEMOCRÁTICO	341
CONCLUSÃO	345
REFERÊNCIAS	347

CAPÍTULO 15

A Denúncia nos Crimes Ambientais Após a Superação da Teoria da Dupla Imputação na Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	351
Luciana Fernandes de Freitas Renee do Ó Souza	
RESUMO	351
SUMÁRIO	352
INTRODUÇÃO	352
1 DA NECESSÁRIA PROTEÇÃO PENAL DO MEIO AMBIENTE SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	352
2 A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA	354
3 A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO BRASIL: O ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E A TEORIA DA DUPLA IMPUTAÇÃO	356
4 A VIRADA JURISPRUDENCIAL E A DESVINCULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS. EFEITOS NA DENÚNCIA PENAL	359
CONCLUSÃO	367
REFERÊNCIAS	367

CAPÍTULO 16

A Mediação no Âmbito do Ministério Público na Construção dos Planos de Saneamento Básico 369

Marcelo Lemos Vieira

RESUMO	369
SUMÁRIO	370
INTRODUÇÃO	370
1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL	372
2 A MEDIAÇÃO COMO FILOSOFIA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	375
3 O PAPEL FUNDAMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO	377
CONCLUSÃO	384
REFERÊNCIAS	386

CAPÍTULO 17

Mineração e Meio Ambiente. Por Uma Sustentabilidade Real no Marco Regulatório 387

Moema Ferreira Giuberti

RESUMO	387
SUMÁRIO	387
INTRODUÇÃO	387
1 MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE	389
2 NÚCLEO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	396
3 CONCEITO DE EXTERNALIDADES AMBIENTAIS À LUZ DAS TEORIAS ECONÔMICAS	400
4 NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO	410
CONCLUSÃO	412
REFERÊNCIAS	412

CAPÍTULO 18

A Solução Adequada dos Conflitos Ambientais: Uma Análise a Partir da Experiência Institucional no Desastre do Rio Doce 415

Mônica Bermudes Medina Pretti | Thais Milani Del Pupo

RESUMO	415
SUMÁRIO	415
INTRODUÇÃO: BREVES NOTAS SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA	416
1 A SOLUÇÃO ADEQUADA DOS CONFLITOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: A TOMADA DE POSTURA INSTITUCIONAL COM A RESOLUÇÃO Nº 118/2014 DO CNMP	419

2 AUTOCOMPOSIÇÃO NO MICROSSISTEMA DE TUTELA COLETIVA.....	426
3 ESTUDOS DOS CASOS.....	434
3.1 Termo de compromisso socioambiental preliminar.....	434
3.2 Termo de ajustamento para construção de adutora no município de linhares.....	436
3.3 Termo de compromisso para contratação de auditoria técnica independente para avaliação, acompanhamento e fiscalização de medidas de proteção às lagoas do Município de Linhares..	437
CONCLUSÃO.....	439
REFERÊNCIAS.....	440

CAPÍTULO 19

A Descoisificação do Animal no Direito Brasileiro: Sujeito de Direitos ou <i>Tertium Genus</i>?	443
Monique Mosca Gonçalves	
RESUMO.....	443
SUMÁRIO.....	443
NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	444
1 STATUS QUO ANIMAL E ESQUIZOFRENIA LEGISLATIVA.....	445
1.1 O paradigma histórico da coisificação.....	445
1.2 Reconhecimento jurídico da senciência animal e ambiguidade do estatuto.....	446
1.3 O atual estatuto civil-constitucional do animal.....	448
2 O ANIMAL COMO SUJEITO DE DIREITOS.....	451
2.1 A personificação jurídica plena.....	451
2.2 Um novo tipo de pessoa jurídica: a personalidade animal.....	454
2.3 O animal como sujeito de direito despersonalizado.....	456
3 NEM PESSOA NEM COISA: O <i>TERTIUM GENUS</i>	460
3.1 A experiência no direito comparado europeu.....	460
3.2 O animal de companhia no contexto da família.....	462
CONCLUSÃO.....	464
REFERÊNCIAS.....	465

CAPÍTULO 20

Loteamentos Fechados: Uma Barreira ao Direito à Cidade	469
Nicia Regina Sampaio Pedro Sampaio Minassa	
RESUMO.....	469
SUMÁRIO.....	470
INTRODUÇÃO.....	470
1 OS LOTEAMENTOS FECHADOS NO ESPECTRO NORMATIVO.....	473

1.1 Loteamentos e o Código de Processo Civil de 2015.....	478
1.2 Loteamentos fechados sob análise do RE 607940 em sede de repercussão geral	480
2 O DIREITO À CIDADE NA OBRA DE HENRI LEFEBVRE E DAVID HARVEY	482
3 O DIREITO À CIDADE COMO POSSIBILIDADE JURÍDICA NO BRASIL	487
4 LOTEAMENTOS FECHADOS: UMA BARREIRA AO DIREITO À CIDADE.....	489
CONCLUSÃO	497
REFERÊNCIAS	499

CAPÍTULO 21

A Transparência como Condição Fundamental à Participação Popular nas Audiências Públicas Ambientais	501
Rodrigo Monteiro da Silva	
RESUMO	501
SUMÁRIO	501
INTRODUÇÃO.....	502
1 O DEVER DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.....	504
2 DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	506
3 O DEVER DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA E O CONSEQUENTE FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E DO CONTROLE SOCIAL	508
4 TRANSPARÊNCIA NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E A CORRELATA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	515
CONCLUSÃO	519
REFERÊNCIAS	520

CAPÍTULO 22

As Matas Urbanas, sua Importância e Desafios para a Preservação	523
Ronaldo Gonçalves de Assis	
RESUMO	523
SUMÁRIO	524
INTRODUÇÃO.....	524
1 A PRESSÃO DO HOMEM E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE AS MATAS NO PASSAR DO TEMPO	525
2 A IMPORTÂNCIA DAS MATAS NA VIDA DAS CIDADES	527
3 A ATUAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE	528
4 A NECESSIDADE DE UMA MAIOR PROTEÇÃO DAS MATAS URBANAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	530
5 A CRIAÇÃO DE UMA GUARDA MUNICIPAL AMBIENTAL COMO UM INSTRUMENTO A MAIS NA LUTA PELA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	533

6 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE A INVASÕES E NA DEFESA DA PRESERVAÇÃO DAS MATAS URBANAS	534
7 O CUIDADO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS E OPERADORES DO DIREITO NO TRATO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	535
CONCLUSÃO	538
REFERÊNCIAS	540

CAPÍTULO 23

Espaços Territoriais Ambientalmente Protegidos e Regime de Consolidação no Código Florestal a Partir da Racionalidade Ambiental de Enrique Leff	541
--	------------

Wagner Eduardo Vasconcellos

RESUMO	541
SUMÁRIO	541
INTRODUÇÃO.....	542
1 ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ECOLOGIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	543
2 FUNDAMENTOS DA RACIONALIDADE AMBIENTAL	548
3 REGIMDE DE CONSOLIDAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL E RACIONALIDADE AMBIENTAL	551
3.1 Regime de Consolidação no novo Código Florestal e negação do Estado Socioambiental de Direito.....	551
3.2 Racionalidade ambiental como instrumento de reapropriação sócio-político-cultural das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal.....	555
CONCLUSÃO	558
REFERÊNCIAS	560

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	561
--	------------